

O ROMANCE REPUBLICANO: NATURALISMO E ALTERIDADE NO BRASIL 1880-90

Leonardo MENDES*

Resumo: *As relações entre os romancistas brasileiros do final do século XIX e os ideais da abolição e da república são conhecidas, mas o tratamento ficcional dado a esses ideais e teorias no romance brasileiro da época ainda aguarda investigações. Trata-se de ler o romance de 1880/90 no Brasil como intervenções políticas que ao mesmo tempo constroem e revelam a história do desejo de um país republicano e livre e dos impasses e limites concretos que complicaram a realização desse desejo. Como instrumentos assumidos de intervenção no debate político, os romances dramatizam os excessos e as audácias mas também as frustrações e limitações ideológicas de tempos de transformação. O objetivo desse estudo é explorar essa hipótese em alguns romances da época A carne (1888), de Julio Ribeiro, O cortiço (1890), de Aluisio Azevedo, e A normalista (1893), Bom-Crioulo (1895) e Tentação (1897), de Adolfo Caminha que serão aqui renomeados “romances republicanos”.*

Palavras-chave: *Romance naturalista; República; Diversidade; Alteridade.*

1.

O romance naturalista brasileiro é confuso, estranho e contraditório (MENDES, 2006). É curioso que a crítica literária tenha se empenhado tanto (e durante tanto tempo) em descobrir suas certezas deterministas e afiliações filosóficas com teorias racistas importadas de uma Europa que, na segunda metade do século XIX, exultava na fé no progresso e na arrogância imperialista. Não se trata de dizer que o cientificismo frio e duro não estava lá, mas de se perguntar se havia algo mais ali. Não seriam o cientificismo e o determinismo um verniz que encobria outras configurações narrativas mais importantes? Quando se atenta para a cena política local que informava e impulsionava a ficção de escritores como Aluisio Azevedo (1857-1913) e Adolfo Caminha (1867-1897), para citar os dois que se aproximam de um estatuto canônico, nos deparamos com um tumulto político-institucional que no espaço de um ano e meio aboliu a servidão e fez a república. O romance naturalista brasileiro está intimamente ligado a esse desmonte confuso. Dele participou ativamente e

* Professor de Literatura Inglesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: leop@cruiser.com.br

dele se beneficiou para explorar terrenos até então interditados ao romance brasileiro.

Para descrever o ambiente de ansiedade e expectativa que havia no país nas duas últimas décadas do século XIX, o jornalista e romancista Pardal Mallet (1864-1894) se valeu da imagem progressista da estação de trem:

Acontece-nos apenas isso que acontece aí na Estrada de Ferro Central quando é preciso baldear de trens e há um lufa-lufa, e cada um trata de si procurando acomodar-se o melhor possível, e grita, e zanga-se, e gesticula, e berra, até que o outro trem parta e tudo pareça voltar ao sossego primitivo. (PARDAL MALLET, 1894, p. 12)

A troca de regime foi como uma barulhenta baldeação de trens, cheia de gestos, zangas e gritos, estados de sítio, golpes e contragolpes, e até mesmo o bombardeio do Rio de Janeiro durante a Revolta da Armada, em 1893. Foram anos de “alvorço”, nas palavras de José Veríssimo (1954, p. 283). Em 1890, numa carta a Rui Barbosa (1849-1923), o Barão do Rio Branco confessou temores de que a república, de tão confusa, viesse a conduzir o país à anarquia (*apud* RENAULT, 1987). João do Rio (1881-1921) descreveu a década de 1885-1895 como um “turbilhão”, fazendo eco ao romance homônimo de Coelho Netto, de 1906 (BARRETO, 1935, p. 126).

Mas como o romance naturalista brasileiro é tradicionalmente compreendido no contexto estreito das escolas literárias européias, como uma manifestação no país dos naturalismos francês (Zola) e português (Eça de Queirós), perde-se de vista a conturbada cena política local. A história literária reconhece a adesão dos escritores naturalistas (e não só deles, mas de toda a geração de 89) às causas da abolição e da república, mas é como se os romances que eles escreveram não tivessem relação com essas transformações.¹ Tristão de Athayde desvincula as atividades políticas dos escritores de sua ficção, dizendo sem rodeios que as duas seguiam rumos diferentes, como se o parnasianismo e o realismo fossem incompatíveis, por definição, com as causas libertárias do momento (ATHAYDE, 1990). O historiador José Murilo de Carvalho escreve que a República não produziu “novas estéticas” (1987, p. 24), sugerindo que a estética predominante no romance da época o realismo/naturalismo não tinha relação com a mudança de

¹ A geração de 89 foi um grupo de jovens escritores boêmios, todos na faixa dos vinte e poucos anos por ocasião da República, que se freqüentava com assiduidade nos bares e nas redações dos jornais do Rio antigo. Foram eles, além dos irmãos Artur (1855-1908) e Aluísio Azevedo, Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Netto (1864-1934), José do Patrocínio (1854-1905), Paula Nei (1858-1897), Luís Murat (1861-1920), Guimarães Passos (1867-1909) e Pardal Mallet (1864-1894). Adolfo Caminha só viria para o Rio de Janeiro em 1893, mas em Fortaleza fora republicano e abolicionista destemido, além de membro-fundador da Padaria Espiritual, uma agremiação literária com fortes traços boêmios (CARDOSO, 2002; MENDES, 2007; TINHORÃO, 1966).

regime, pertencia a um passado já morto em 1890. Embora discordasse dessa avaliação, Adolfo Caminha reconhecia que, para muitos, desde a década de 1880, Zola e o naturalismo já eram coisa do passado (CAMINHA, 1999). Nas resenhas que escreveu sobre o romance *O cortiço*, em 1890, Pardal Mallet também afirma que os dias de prestígio de Zola haviam chegado ao fim (PARDAL MALLETT, 2005).

A estética seria então antiquada e a atividade política superficial. Todas as energias despendidas pelos escritores da geração naturalista e parnasiana em prol da mudança de regime e do fim do cativo, no jornalismo ou na ficção, não passariam de “uma agitação de mocidade que se dissipou na boemia (ATHAYDE, 1990, p. 245). Foram gestos vazios. Para Herman Lima, o casamento de Coelho Netto em 1890 o libertou de uma “boemia altamente dispersiva e erótica (1958, p. XIII). Na tradição crítica brasileira, esse sentido de dissipação, de inseqüência e desperdício de energias é a característica mais marcante do período. Ele informa a expressão “a república que não foi”, do historiador José Murilo de Carvalho (1987), que descreve a mudança de regime como um gesto vazio, marcado pela “ausência não só do elemento popular, como também dos defensores da monarquia (LESSA, 2001). A historiografia tradicionalmente vê o 15 de novembro como um “golpe de Estado (LESSA, 2001; NEVES, 2003) que nove anos depois consolidaria uma República Oligárquica cujo grupo dominante era os cafeicultores paulistas às expensas não do sistema monárquico, mas da própria “infância republicana (LESSA, 2001, p. 18).

Associado historicamente a uma impostura política, de muitos modos uma parcela do romance brasileiro das duas últimas décadas do século XIX foi um romance impostor digamos “o romance que não foi”. Isso vale para uma parcela expressiva dos escritores brasileiros que tentaram a mão no romance no período, com as exceções de praxe: Machado de Assis (1839-1908) e Aluísio Azevedo. Os outros se perderam sob o fogo cerrado dos modernistas de 1922, que chamaram de “parnasiana quase toda a literatura pré-modernista, ao mesmo tempo em que trataram de associar o parnasianismo que era mais uma tendência da poesia a uma visão superficial e afrancesada da realidade, sem fundo social, um “vazio de brasilidade que só os paulistas viriam a preencher (RODRIGUES, 1998, p. 255). A acusação de superficialidade que é uma forma de impostura literária, senão política nunca mais foi retirada. Amparados pela autoridade de Zola e de Eça de Queirós, os naturalistas conseguiam, às vezes, se safar alcançado estatuto canônico, mas escritores como Coelho Netto e Olavo Bilac foram associados à “realidade excludente e elitista dos primeiros anos republicanos em oposição a escritores tidos como combativos e críticos, como Lima Barreto e Euclides da Cunha (PEREIRA, 2003, p. 54).²

² Nicolau Sevcenko, em *A literatura como missão*, afirma que com Coelho Netto surge o intelectual “vencedor”, “o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal (1993, p. 103).

O modelo paulista de leitura faz, como todos os modelos, as suas exclusões. O que ele exclui (ou banaliza) é justamente a dimensão política da experiência boêmia desse grupo de escritores (RODRIGUES, 1998). As atividades literárias, étlicas e jornalísticas desses escritores, entre 1888 e 1892 — que parece ter sido a idade de ouro do grupo (CORREIA, 1955) — dramatizavam as ambigüidades e os paradoxos das energias recém-liberadas pelo solapamento gradual da ordem monárquica, no Brasil. A natureza ambígua da experiência boêmia (SEIGEL, 1992) lhes permitia flertar com a marginalidade sem abrir mão dos jantares e das roupas extravagantes, muito embora eles vivessem próximos da linha de pobreza. Os irmãos Artur e Aluisio, assim como Coelho Netto, Guimarães Passos e Paula Nei, trilharam os caminhos clássicos da boemia: eram todos jovens cultos sem fortuna, das classes populares ou médias das províncias, que vêm para a capital para tentar seguir a carreira de escritor e artista. No romance autobiográfico que escreveu sobre sua geração, *A conquista* (1899), Coelho Netto não deixa dúvidas que eles conheciam o livro de Henri Murger (1822-1861), *Cenas da vida boêmia* (1849), e que de muitos modos eles se viam reproduzindo essas experiências no Rio. Sem proteção social, os rapazes são empurrados para o jornalismo, cuja expansão sem precedentes (em Paris nas décadas de 1830 e 1840 e no Rio de Janeiro nas décadas de 1870 e 1880) se deve, em parte, à contribuição desses recém-chegados (BOURDIEU, 1996; SODRÉ, 1983).

Muitos estudos já foram escritos em homenagem à geração dos boêmios do Rio antigo.³ Tais estudos são leitura obrigatória para qualquer estudioso do período, mas eles são mais biografia do que ensaio de crítica literária. Ainda que deliciosas e sinceramente simpáticas aos biografados, essas narrativas não conseguem romper com o preconceito — tão arraigado na tradição crítica brasileira — de que a boemia de 1880-90 foi um arroubo de juventude, sem conseqüências para além da anedota de Bilac e do trocadilho de Paula Nei. Mas se tomarmos a boemia do Rio antigo como um aspecto relevante do “reordenamento estrutural nas políticas de dominação e nas relações de classe”, que ocorria no período no país (CHALHOUB, 2004, p. 24), se a tomarmos por sua natureza paradoxal, ao mesmo tempo dentro e fora do mundo burguês (SEIGEL, 1992), talvez encontremos ali mais do que uma torrente de discursos vazios. A hipótese desse estudo é de que a experiência política boêmia desses escritores é mais importante para a compreensão do romance naturalista brasileiro do que o cientificismo de Zola.

³ Ver, entre outros, de Raimundo Magalhães Junior, *Olavo Bilac e sua época* (1974) e *Artur Azevedo e sua época* (1955); de Raimundo de Menezes, *A vida boêmia de Paula Nei* (1944) e *Emílio de Menezes, o último boêmio* (1945); de Eloy Pontes, *A vida inquieta de Raul Pompéia* (1935) e *A vida exuberante de Olavo Bilac* (1944).

2.

No número 2 do jornal *O Pão*, que circulou em Fortaleza no dia 30 de outubro de 1892, foi publicada a notícia de que o jovem escritor Adolfo Caminha (1867-1897) faria em breve sua “estréia no romance experimental com a publicação de *A normalista* (p. 5). A nota explica que a obra já publicada pelo autor, *Judith e Lágrimas de um crente* (1887), fora fruto da vaidade de um aluno talentoso que, ao concluir o curso de “humanidades”, achou que deveria marcar sua passagem pela escola com um livro. Mas agora o caso era outro. O primeiro capítulo do novo romance já fora lido num encontro da Padaria Espiritual e causara boa impressão. Se as primeiras obras de Caminha haviam marcado sua passagem pelos bancos escolares, *A normalista*, que seria publicado no ano seguinte, iria marcar sua passagem pela literatura brasileira. O novo romance era nutrido por uma forte “convicção social, aprendida nos homens e nos livros e se apresentava como “uma crítica conscienciosa da sociedade de Fortaleza, que o autor se propunha a analisar (p. 5). A reivindicação do rótulo de “romance experimental” deixava claro que Caminha se via como um seguidor de Zola e de seus métodos.

Caminha não foi o único escritor brasileiro da época a invocar o nome e a autoridade de Zola com o objetivo de legitimar a ficção que escrevia e forçar, desse modo, sua entrada no campo literário. O escritor paulista Julio Ribeiro (1845-1890) estampou na primeira página de *A carne* (1888) uma carta a Zola escrita em francês (RIBEIRO, s/d). Modesto, o autor brasileiro afirma que não pretende imitar Zola, mas somente admirá-lo. Onde acaba a admiração e começa a imitação? Julio Ribeiro diz que *A carne* é diferente de *L Assommoir* (1876) e de *La Terre* (1877), mas isso não o impediu de transportar cenas inteiras dos romances franceses para o seu romance do interior de São Paulo. O fantasma da imitação submissa a Zola rondou *O cortiço*. Nas resenhas que escreveu sobre o romance no ano de sua publicação, Pardal Mallet rebate a acusação de que *O cortiço* não passava de um plágio de *L Assommoir* (PARDAL MALLET, 2005). O nome e a autoridade de Zola podiam ser evocados até mesmo em situações embaraçosas. Adolfo Caminha, diante da acusação de que compartilhava com o protagonista de seu romance *Bom-Crioulo* (1895) o apreço por rapazes louros de olhos azuis, lembrou que Zola podia escrever romances sobre incestos e adultérios sem deixar, para isso, de ser um homem casto (CAMINHA, 1896).

O aparecimento do romance naturalista no Brasil coincide com a profissionalização da crítica literária e com a expansão da imprensa, em especial no Rio de Janeiro. Brito Broca notou que os românticos brasileiros “não tiveram crítica na sua época (1991, p. 122) e que somente os romances naturalistas obteriam reações cada vez mais numerosas e barulhentas na imprensa. O aspecto escandaloso dessas narrativas, é claro, contribuía para a multiplicação de críticas e resenhas. O nome de Zola – ele próprio em luta contra sua fama de devasso – era citado exaustivamente não só nas colunas de jornal, mas

também nos prefácios, nas cartas e nas defesas escritas que autores como Adolfo Caminha se viram obrigados a publicar na grande imprensa de então. A proliferação do nome de Zola nos escritos dos naturalistas brasileiros sugere que o romancista francês, sua obra e suas teorias, eram incontornáveis na compreensão do romance que se escrevia no Brasil nas duas últimas décadas do século XIX. Os romances de Zola adquiriram o estatuto de texto originário contra os quais os romances brasileiros eram medidos e julgados. Como se pode notar nos manuais escolares de história da literatura brasileira, Zola e sua obra são quase sempre os pontos de partida quando o assunto é o romance naturalista no Brasil.⁴

Essa associação, embora necessária e verdadeira, cria no leitor a expectativa de encontrar no romance naturalista brasileiro situações e teorias semelhantes àquelas criadas por Zola. O romance de Zola se transforma no romance naturalista ideal. Para que esse romance ideal pudesse vicejar, continua o raciocínio, eram necessárias condições históricas ideais, que eram justamente as da França na segunda metade do século XIX. Afrânio Coutinho julga o naturalismo brasileiro “um movimento frustrado porque não havia aqui um “ambiente propício para o pleno desenvolvimento da escola (1976, p. 229). Se o ponto de partida da crítica é uma idealização, os romances serão lidos não pelo que eles são, mas pelo que eles deveriam ser (na França). Haveria um lugar ideal para as idéias de Zola, mas esse lugar não era o Brasil. Como argumenta Ângela Alonso num estudo sobre a geração de 1870, “ler os textos brasileiros conforme graus de fidelidade doutrinária a teorias estrangeiras conduz sempre a um diagnóstico de insuficiência (2002, p. 32). A insistência da vinculação do naturalismo brasileiro a modelos explicativos europeus oblitera do horizonte do leitor todas as circunstâncias da produção local dessas narrativas. Sem as condições ideais para o pleno desenvolvimento das idéias de Zola, o naturalismo no Brasil estava fadado a produzir, em grande parte, romances “falsos”.⁵

Dentre os escritos de Zola lidos e debatidos pelos intelectuais brasileiros no final do século XIX, ganhava destaque o ensaio teórico “O romance experimental (1880). Quando, na pacata Fortaleza, Adolfo Caminha reivindicou para *A normalista* o rótulo de “romance experimental”, ele estava dizendo que conhecia o ensaio de Zola e que via seu romance como uma aplicação daquelas idéias no Brasil. *A normalista*, “um romance de subúrbio”, é mais realismo a Dickens do que narrativa científica (RIBEIRO, 1964, p. 7), mas quem discordaria do próprio autor do romance? Esta e outras falácias intencionais viraram chave de leitura dos romances naturalistas escritos no Brasil. Nem mesmo a ficção

⁴ Entre exemplos recentes, ver NICOLA, José de. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1999, e CEREJA, William Roberto. *Literatura brasileira*. São Paulo: Atual, 2003.

⁵ De José Veríssimo (1894) a Lucia Miguel Pereira (1988), o campeão naturalista de vendas *A carne*, de Julio Ribeiro, é avaliado como um romance falso.

de Zola, na sua vastidão e complexidade, caberia no ponto de vista estreito do escritor-cientista que ele advoga no ensaio teórico (FARIA, 1989). No Brasil, tanto Silvio Romero (1851-1914) quanto Araripe Júnior (1848-1911) colocaram sob suspeição as teorias do ensaio. Para o primeiro, as idéias de Zola sobre o romance experimental eram pura tolice (ROMERO, 1960). Araripe, mais sagaz e preciso, entende o ensaio como uma reflexão *a posteriori*, sem relação direta com a obra ficcional, mais instrumento de afirmação e defesa da escola recém-criada do que profissão de fé do romancista (ARARIPE JÚNIOR, 1960) — uma impressão que seria compartilhada pela fortuna crítica de Zola (BAGULEY, 1990).

O ensaio “O romance experimental” já foi exaustivamente estudado, citado e comentado. Uma de suas frases mais famosas argumenta que, para se compreender o que é o método experimental quando aplicado à literatura, basta substituir a palavra “médico” pela palavra “romancista” (ZOLA, 1967, p. 162).⁶ Essa simplificação — basta fazer isso, basta substituir isso por aquilo — aparece no segundo parágrafo do ensaio e dá o tom de um texto empenhado na busca de certezas e na rejeição da dúvida, do paradoxo e da complexidade. Tanto o médico quanto o romancista devem duvidar, é claro — o cético é o verdadeiro cientista, afirma Zola citando Claude Bernard, mas eles o fazem com o intuito de encontrar, depois, “o conhecimento absoluto” (p. 169). A busca do absoluto é uma fantasia de dominação e controle que atravessa o ensaio, do início ao fim. Tanto o médico quanto o romancista partem de uma dúvida a respeito de uma verdade obscura — um fenômeno inexplicável —, até que uma idéia surja e os inspire a conduzir um experimento, de modo a analisar os fatos e deles se tornar “senhor” (p. 169). O senhor é aquele cuja mão beijamos, aquele que compreende, controla e domina os fatos ou a natureza. A hierarquia bem demarcada que o ensaio constrói se confirma quando Zola, citando mais uma vez Claude Bernard, afirma que o escritor (do romance experimental) é o “magistrado” (p. 168) do homem e de suas paixões.

Zola estava querendo dizer que ele e seus romances iam além de um mero registro (ou observação da realidade), como faziam, talvez, os realistas, para conduzir experimentos com essa realidade (BAGULEY, 1990). Se o realista observava, o naturalista experimentava. No caso de um romancista, isso incluía imaginar situações em que se encontrasse este ou aquele personagem, portador desta ou daquela paixão. Esse ato de imaginar, entretanto, era subordinado ao objetivo final de encontrar leis e comprovar teses, de circunscrever uma verdade verdadeira, definitiva e absoluta. O médico e o romancista imaginam, mas o fazem para, ao final, deixar de imaginar. Esse rebaixamento anti-romântico da imaginação permitia ao escritor se descolar de sua obra, uma vez que ela descreve não o que o artista imagina, mas o que existe no mundo. Adolfo Caminha se valeu desse argumento na defesa que escreveu de *Bom-Crioulo*,

⁶ As traduções do inglês para o português são de minha autoria.

seu romance sobre um marinheiro negro e gay, quando diz que não inventou a homossexualidade, mas que a testemunhara nos navios da Marinha brasileira, da qual fora um jovem oficial no final da década de 1880 (CAMINHA, 1896). O método justificava uma apresentação ficcional que não julga o que descreve (BAGULEY, 1990), ampliando o leque das paixões que a literatura podia explorar.

Mas o problema era supor que fosse possível descrever sem julgar. Se o escritor é o magistrado dos homens e de suas paixões, sua função deve ser julgar e distribuir justiça. A possibilidade da justiça pressupõe a possibilidade da verdade, do progresso e do conhecimento absoluto – todas as fantasias que alimentam o ensaio teórico de Zola. Ele imagina o dia em que a conquista do desconhecido será completa, a idade em que o homem será senhor da natureza – o reino da justiça e da liberdade sobre a terra – uma utopia moderna do fim da história que o romance experimental ajudaria a tornar realidade. Para se chegar lá era preciso a coragem de encarar os “quadros terríveis” que pintava o romance naturalista (p. 178). Citando Claude Bernard, Zola afirma que para chegar à “sala de estar” brilhante de luz era preciso antes atravessar uma “cozinha comprida e assustadora”. Se o naturalismo era mesmo o romance da cozinha, é como se Zola estivesse legitimando a escola ao dizer: perdoe-nos pela cozinha perturbadora; ela é só uma passagem necessária em direção à sala de luz.⁷ Se a cozinha – lugar dos escravos, dos pobres, das prostitutas, dos “pervertidos” e dos transgressivos – era inferior, algo provisório, de que devemos nos livrar, já houve julgamento. Mas podemos fazer isso sem nos indignar, diz Zola. Não se pode imaginar um cientista com raiva do nitrogênio só porque ele é hostil à vida. Ter raiva do nitrogênio é inútil, diz Zola; basta livrar-se dele (p. 180).

O enredo da humanidade que “lentamente emerge da escuridão” (p. 186) – adotado literalmente por Zola no ensaio “O romance experimental” revela as fundações platônicas da reflexão teórica, o que é surpreendente para um autor que se apresenta como um artista materialista em guerra contra os idealistas (românticos). Todas as fantasias que Zola associa ao romance naturalista – a busca, pelo método experimental aplicado à literatura, das leis fixas e eternas que regem o mundo das paixões humanas, a dúvida como um estágio no caminho do conhecimento absoluto, a cessação dos conflitos com a criação de uma sociedade ideal que detenha controle total dos fenômenos da natureza – revelam que a autoridade do ensaio é Platão. Como o filósofo abandona a caverna da existência humana e fora dela encontra a luz e a verdade, o escritor naturalista colabora na travessia progressista da cozinha escura para a sala de estar iluminada. Fica evidente, no esquema, o aspecto subalterno da cozinha, e, portanto de toda a população que habita o romance naturalista. Se a cozinha não tem interesse por si mesma, faz sentido que a

⁷ Para descrever a vulgaridade do romance *O primo Basílio* (1878), Machado de Assis usou a expressão “esfregão de cozinha” (ASSIS, 1957, p. 157).

prostituta Nana, por exemplo, morra ao final do romance que leva seu nome. Nana estaria para o romancista como o nitrogênio para o cientista.

Dominique Maingueneau chama de “discursos constituintes” aqueles discursos “que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma (MAINGUENEAU, 2006, p. 60). Tais discursos se apresentam como detentores de uma autoridade da fala porque participam, ao mesmo tempo, “do mundo comum e das forças que excedem o mundo comum dos homens (MAINGUENEAU, 2006, p. 60). Seriam discursos constituintes a literatura, a religião, a ciência e a filosofia. Tais discursos compartilham a propriedade de se constituírem como uma autoridade transcendental, como instância última de apelo e legitimação. Toda vez que, por exemplo, Freud cita Shakespeare e ele faz isso muitas vezes ele está legitimando sua fala por meio de uma autoridade (transcendental) que o discurso literário confere a si mesmo. Os discursos constituintes detêm o que Maingueneau (2006, p. 61) chama de “*archeion*” ao mesmo tempo a memória e a sede de autoridade de uma coletividade. O ensaio “O romance experimental é um gesto retórico de reivindicação do *archeion* para o discurso científico, ao qual Zola atrela a literatura, retirando-a do âmbito do discurso religioso e filosófico. Mas os discursos constituintes se atravessam e o platonismo de Zola revela, no método experimental, um compartilhamento do *archeion* da ciência com a religião e a filosofia, explicitando os limites do que é realmente novo e anti-convencional no romance naturalista, conforme ele é teorizado no ensaio.

A relação entre o naturalismo e a ciência é mais problemática do que o ensaio “O romance experimental” dá a entender (BAGULEY, 1990), mas a centralidade do texto na construção dos esquemas de compreensão do romance naturalista contribuiu para que ele fosse colocado inteiro na esfera política do que Alain Touraine chama de “modernidade triunfante” (TOURAINÉ, 1999). O adjetivo aponta para um entusiasmo com os “trunfos” da civilização moderna que se pode reconhecer, ainda que de forma desigual, nos escritos de Zola, na França, e Julio Ribeiro, Silvio Romero, Adolfo Caminha e Pardal Mallet, entre outros, no Brasil. O termo descreve a modernidade como uma epopéia da razão que conduz inexoravelmente as sociedades ao aperfeiçoamento civilizatório (ELIAS, 1994). Se a civilização moderna é um processo inelutável e processo libertador, por fazer chegar a todos os povos os triunfos do progresso em nome dela se justificavam até mesmo as pretensões imperialistas (SAID, 1995) que a Europa nutriu e implementou naqueles mesmos anos em que Zola escrevia romances científicos. O romance naturalista teria participado desse grande empreendimento expansivo, depredador e autoritário que foi a civilização moderna da segunda metade do século XIX. Sem muito esforço o médico-romancista se transforma num colonizador de corpos, sejam eles os corpos das mulheres, das prostitutas, dos pobres ou dos “pervertidos”, todos aqueles que habitavam as cozinhas da sociedade. Como tal, o romance naturalista é compreendido como um discurso empenhado no abafamento de conflitos sociais e na instituição de normas, verdades identitárias, racismos e violências.

É possível que esse enquadramento crítico não faça justiça ao romance naturalista francês. Quanto ao romance naturalista brasileiro, ele raramente consegue se descolar das simplificações do Zola teórico de “O romance experimental”. O ensaio famoso e sempre citado favorece leituras superficiais e simplificadoras que fazem a festa dos manuais de história da literatura, por natureza propensos a fornecer explicações esquemáticas. A agitação da cozinha brasileira é convertida em ilustração de supostas teses científicas.⁸ Todo o potencial transgressivo da personagem Lenita, em *A carne*, que ignorava as expectativas da sociedade patriarcal para moças de sua idade e posição, é menos importante, para a crítica, do que as frouxas teses sobre a histeria feminina que o romance desenvolve. A beleza, o erotismo e a força do negro Amaro, em *Bom-Crioulo*, são reduzidos, pela crítica, a uma caracterização ficcional racista que associa a raça negra à força bruta e ao trabalho. Em *O cortiço*, um comentário do narrador — o de que a mulata Rita Baiana teria escolhido o português Jerônimo como parceiro por ele ser de uma “raça superior” (AZEVEDO, 1973, p. 191) — é inflacionado pela crítica a ponto de obliterar completamente o desprezo com que o narrador trata todos os portugueses (incluindo o vilão João Romão) na economia do romance. Isso se verifica não só aqui, mas também em *O mulato* (1881) e em escritos esparsos como “Casas de cômodos”, no qual os portugueses proprietários de quartos para alugar aparecem como “malandros que viviam da exploração da miséria de brasileiros desvalidos, entre os quais se encontravam os poetas boêmios” (AZEVEDO, s/d, p. 41). No contexto político do início da república, a xenofobia anti-lusitana (CARVALHO, 1987) fazia piada de qualquer teoria de superioridade racial do branco europeu. A ironia é tão grande que passa despercebida por uma crítica ávida em encontrar e reconhecer a “modernidade triunfante” no romance naturalista.

Se Zola achava que a cozinha era somente uma área de passagem, ainda assim ele diz que o romance naturalista era sobre ela. A capacidade do romance naturalista de trazer à ficção algo dos habitantes da cozinha foi uma novidade no Brasil de 1880-1890. Brito Broca lembra que o furor causado pelo aparecimento de *O cortiço* em 1890 se deveu ao fato de que o romance trazia para a literatura brasileira “uma humanidade desconhecida e estranha” (1991, p. 130). Por seu bom-humor, generosidade e tolerância, o narrador do romance é mais um boêmio do que um médico-cientista. A experiência da marginalidade é repetidamente autenticada pelo narrador, a despeito dos deslizes deterministas conhecidos. Na encruzilhada confusa entre a monarquia e a república, *O cortiço* registrava vozes da cozinha. Mas a estrutura circular do enredo do romance sugeria, ao contrário do que desejava Zola, que não se podia sair de lá. Dito de outra maneira, não havia nada fora da caverna de

⁸ Para o naturalismo brasileiro como expressão das teorias deterministas européias, ver, entre outros, STRACCIA (1992), QUEIRÓZ JÚNIOR (1975), SANTANNA (1984), DUARTE (1978), SUSSEKIND (1982).

Platão. A existência quotidiana, prosaica, mesquinha e mortal é tudo o que temos. A cozinha ganhava interesse por si mesma, criando na narrativa uma atmosfera de “presentismo” que colocava sob suspeição a possibilidade do progresso, da justiça e da verdade – tudo aquilo a que almejava o método experimental.

3.

Poder-se-ia compreender o romance naturalista brasileiro como um produto cultural do que a historiografia costuma chamar de “infância republicana (1889-1894), um período dos mais turbulentos da história do Brasil. *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, possivelmente seu produto mais arrojado, é de 1890, quando o Governo Provisório administrava o país. Adolfo Caminha estreou no romance durante a Revolta da Armada, em 1893, com a publicação de *A normalista*. Na matéria de jornal que escreveu em defesa da obra, no mesmo ano, reconhece que para alguns pareceria estranho que alguém falasse de literatura enquanto a cidade ouvia o ribombar dos canhões da Esquadra atacando o Rio (CAMINHA, 1999). *Bom-Crioulo*, de 1895, de Caminha, ainda está, é claro, na esfera política desse momento, do mesmo modo que *Tentação* (1896), assim como os romances de fatura naturalista publicados imediatamente antes da república, como *A carne* (1888), do escritor paulista Julio Ribeiro (1845-1890), e *Lar* (1888), de Pardal Mallet, entre outros. Esses romances, para além de sua adesão ao pensamento científico – que também está lá – são, como a boemia, espaços onde se testavam os limites de energias recém-liberadas pelo desmonte da ordem monárquica.

Nesses romances, todos os preconceitos da moralidade burguesa estão sob suspeição. O aspecto mais perturbador de *A carne*, mesmo para críticos inteligentes como José Veríssimo (1894), era supor que uma menina bem-educada e culta como Lenita, a protagonista, tivesse desejo (sexual). Ao desvincular o corpo da classe social, o romance redimensiona cientificamente o que é a virtude e o vício (BAGULEY, 1990), promovendo uma banalização da sexualidade e do corpo da mulher. Aluísio Azevedo obtém o mesmo resultado com a personagem D. Estela, em *O cortiço*. O desejo sexual da senhora de posses que habita o sobrado de Botafogo se equivale ao das lavadeiras do cortiço. A vizinhança do sobrado com a estalagem é ao mesmo tempo um contraste e uma equivalência. Essas mulheres que não se envergonham de seu desejo são, nos romances, mulheres liberadas, ou que reivindicam liberação. Em *A carne*, Lenita ignora as expectativas que a sociedade patriarcal-escravocrata tinha de moças de sua idade e posição. Achava o casamento uma instituição falida e era a favor do divórcio. Num gesto radical de autonomia, imagina-se capaz de viver sozinha em São Paulo e de manter relações íntimas passageiras com outros homens da sociedade.

O romance naturalista brasileiro estava testando limites diante de uma crise de autoridade política, moral e estética. Dá-se a essa crise o nome de

“infância republicana”. A infância é a época em que se pode imaginar o impossível. Essas energias seriam disciplinadas com a consolidação da República oligárquica a partir do governo Campos Sales (1898-1902), mas a infância foi um “alvorço”, uma “anarquia”, um “turbilhão”, um “lufa-lufa”, na expressão popular de Pardal Mallet. Eram momentos de transição, quando se perdem as referências tradicionais, ao mesmo tempo em que se luta para ser o criador de outras. A baldeação é um terreno fértil de possibilidades e configurações, de novas entradas no campo literário (BOURDIEU, 1996). É um momento de suspeição e de relativização. O “lufa-lufa” da infância republicana viabilizou o ingresso na literatura de uma população considerada até então indigna de representação social e literária: negros, pobres, mulatos, capoeiras, desocupados, gays e lésbicas (BUENO, 1992). Foi o romance naturalista que buscou esses sujeitos e falou deles, mesmo que nem sempre os tivesse compreendido.

A boemia, como experiência limítrofe e paradoxal, ajuda a explicar o que parece ser uma simpatia desses escritores pelos dominados. Enquanto na França o autor naturalista foi um burguês sério e respeitável, interessado mesmo em dizer, como fez em 1876 o escritor francês Joris-Karl Huysmans (1848-1907), que não havia lugar para o naturalismo nos anais da burguesia amedrontada (*apud* CATHARINA, 2006), no Brasil o autor naturalista foi um boêmio, empenhado, como tal, em amedrontar a burguesia. É claro que nem os franceses foram tão respeitáveis como Huysmans gostaria, nem os brasileiros podiam se dar ao luxo de colocar tudo a perder, mas essa diferença de ênfase é significativa para os diferentes usos que se podem dar ao naturalismo. Os escritores naturalistas brasileiros se identificavam com a marginalidade e com a transgressão porque eles eram provincianos sem fortuna que escreviam para pagar as contas dos quartos que compartilhavam no Rio de Janeiro no final da década de 1880. Nos termos de Bourdieu, os naturalistas ocupavam “uma posição dominada no campo literário” (1996, p. 74) e o barulho que faziam, nos bares, na imprensa ou nos romances que publicavam, visava ao ingresso no campo. De vários modos eles também se percebiam como marginais e transgressivos.

Isso não queria dizer que eles se colocassem na posição de porta-vozes oficiais dos oprimidos e nem garantia que eles tivessem uma solução transformadora para o Brasil (LEVIN, 2005). Havia uma identificação. Essa identificação garante, por exemplo, a simpatia que o narrador de *O cortiço* tem pela mulata e lavadeira Rita Baiana (LAGUERRE, 1982), mulher dona de sua vida e de seu corpo, que de muitos modos representa o Brasil no romance (MENDES, 2000). O modo casual e bem-humorado com que o narrador trata a prostituta Leonie, no mesmo romance, a despeito de alguns deslizes deterministas, parece emanar de uma familiaridade verdadeira com esses espaços e esses sujeitos. A experiência boêmia aproximou Aluísio Azevedo “da banalidade do cotidiano das ruas”, fornecendo-lhe a matéria de seu romance (MARQUES JÚNIOR, 2000, p. 21). Podemos nos perguntar, nesse contexto,

se as conhecidas visitas de Aluísio Azevedo e Pardal Mallet, em 1884, aos cortiços onde vivia a população de baixa renda da cidade não foram mais andanças exploratórias de jovens boêmios do que pesquisa de campo do escritor-cientista. A mudança de foco faz diferença.

Se o federalismo era “o ponto mais consistente da plataforma republicana (LESSA, 2001, p. 16), podemos argumentar que havia no país um anseio geral de descentralização (política e cultural), ainda que um grupo os defensores dos interesses econômicos de São Paulo trabalhasse para recentralizar mais na frente, nos termos deles. No campo da descentralização cultural, o nordeste enviava desde a década de 1870, pela primeira vez no país, notícias de um saber “secular e temporal”, afastado de concepções religiosas (VENTURA, 1991, p. 12). O romance naturalista brasileiro, que também vem do nordeste, do mesmo modo se apresenta como um romance sem Deus. O romance naturalista era então a ficção de um grupo emergente no país: aqueles que não acreditavam em Deus, aqueles que achavam a monarquia e o imperador ilegítimos, aqueles que não eram da Corte, aqueles que tinham que trabalhar para viver. Sem fé na transcendência, ao romancista só restava a banalidade do cotidiano. A busca do banal aproximava o naturalismo da literatura popular ou das colunas de fofoca, nas quais a moralidade burguesa levava um tombo (EL FAR, 2004). Muito da ficção naturalista, como no caso de *Casa de Pensão* (1884), de Aluísio Azevedo, era a narração de pequenos crimes e escândalos que enchiam as colunas de fofoca dos jornais das cidades.

O fato de que uma das crenças dos escritores naturalistas a de que a monarquia e o imperador eram ilegítimos era compartilhada por setores expressivos da sociedade brasileira lhes garantia alguma popularidade. Mas se a descentralização e a banalização (que o romance naturalista brasileiro parece operar) tinham por base epistemológica a ciência positivista e as teorias de determinismo social e biológico como ensina a história da literatura brasileira, se o romance naturalista brasileiro tinha mais a ver com a França do que com o Brasil, então o romance não descentralizava nada; ele simplesmente trocava uma autoridade (Deus) por outra (a Ciência). Não há como negar que esses autores se valeram do prestígio do discurso científico para legitimar o romance que escreviam (BAGULEY, 1990), mas não foi só isso que eles fizeram. Suas trajetórias pessoais e o “turbilhão da infância republicana criavam as condições propícias à relativização até mesmo do discurso científico a que eles alegavam aderir. Essa relativização que é uma forma de ironia está em *O cortiço* quando o narrador chama o europeu branco de “raça superior” (AZEVEDO, 1973, p. 191), ao mesmo tempo em que inferioriza todos os portugueses na economia do romance.

A leitura parcial e preconceituosa de que o romance naturalista brasileiro tem sido objeto, desde o final do século XIX, sugere que o ingresso da escola no campo literário teria sido incompleto. Uma explicação para isso seria dizer que as energias políticas republicanas de descentralização e diversificação, de busca e expressão da alteridade que lhes deram confiança para lutar por

um lugar no campo foram derrotadas com a consolidação da República Oligárquica, centrada nos cafeicultores paulistas, a partir de 1894. Então o romance naturalista nunca saiu realmente da posição de “literatura dominada na tradição literária brasileira. A historiografia literária associou os autores da década de 1890 ao equívoco e ao atraso, ou a uma literatura pouco nobre (BUENO, 1992), perdendo de vista tudo o que havia ali de moderno, arrojado e transgressor (HARDMAN, 1992). Uma leitura atenta dessa literatura, entretanto, revela uma produção ficcional rica e instigante que ainda aguarda investigações.

MENDES, L. THE REPUBLICAN NOVEL: NATURALISM AND OTHERNESS IN BRAZIL 1880-90.

Abstract: *The adhesion of late nineteenth-century Brazilian novelists to the causes of the Republic and the abolition of slavery is well-known, but the fictional treatment given to these ideas and theories in the novels of the times still awaits investigations. The task in hand is to read the 1880-1890 Brazilian novel as political interventions that build and reveal at the same time the history of the desire of a Republican nation as well as the limits and impasses that complicated the coming to terms with this desire. Taken as open interventions in the political debate, the novels dramatize the excesses and boldness but also the frustrations and ideological pitfalls of challenging times. This study aims at investigating this hypothesis in a number of novels from that time A carne (1888), by Julio Ribeiro, O cortiço (1890), by Aluisio Azevedo, and A normalista (1893), Bom-Crioulo (1895) and Tentação (1897), by Adolfo Caminha which will be here relabeled “Republican novels”.*

Key-words: *Naturalist novel; Republic; Diversity; Otherness.*

Referências

ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARARIPE JÚNIOR, T. de A. O romance experimental. Aquisição de formas. Do Assommoir a Terra. Evolução transversal do caráter de Zola. A sátira. In: _____. *Obra crítica de Araripe Júnior*. v. II. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1960. p. 42-63.

ASSIS, J. M. M. de. O primo Basílio. In: _____. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1957. p. 153-180.

ATHAYDE, T. de. Política e letras. In: CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da república*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990. p. 209-255.

AZEVEDO, A. "Casas de cômodos". In: _____. *O touro negro*. São Paulo: Livraria Martins, s/d. p. 35-41.

AZEVEDO, A. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1973.

BAGULEY, D. *Naturalist fiction: the entropic vision*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BARRETO, P. Discurso do Sr. Paulo Barreto. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos (1907-1913)*. v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935. p. 123-150.

BOURDIEU, P. *The rules of art: genesis and structure of the literary field*. Tradução de Susan Emanuel. Stanford: Stanford University Press, 1996.

BROCA, B. *Naturalistas, parnasianos e decadistas*. Vida literária do realismo ao pré-modernismo. Campinas: Unicamp, 1991.

BUENO, E. P. Brazilian naturalism and the politics of origin. *MLN*, Baltimore, v. 107, n. 2, 1992. p. 363-395.

CAMINHA, A. *Cartas literárias*. Fortaleza: UFC Edições, 1999.

CAMINHA, A. Um livro condenado. *A Nova Revista*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 40-42, 1896.

CARDOSO, G. P. *Padaria espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará:Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CATHARINA, P. P. G. F.. Estética naturalista e configurações da modernidade. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Org.). *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006, p. 105-136.

CEREJA, W. *Literatura brasileira*. São Paulo: Atual, 2003.

CHALHOUB, S. Prefácio. In: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 19-24.

CORREIA, L. *A boêmia do meu tempo*. Curitiba: Edição do Estado do Paraná, 1955.

COUTINHO, A. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

DUARTE, E. de A. *A mecânica de um recalque*. 1978. 220 fl. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1978.

EL FAR, A. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, N. O naturalismo e o(s) naturalismo(s) no Brasil. *Travessia*. Florianópolis, n. 16-18, p. 124-147, 1989.

HARDMAN, F. F. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 289-305.

LAGUERRE, E. De Rita Baiana a Teresa Batista: personagens de la novela brasileña. *Sin Nombre*, San Juan de Puerto Rico, v. 4, n. 12, p. 25-37, 1982.

LEVIN, O. M. Aluisio Azevedo romancista. In: AZEVEDO, Aluisio. *Aluisio Azevedo: ficção completa em dois volumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005, p. 15-42.

LESSA, R. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 11-58.

LIMA, H. Coelho Netto: as duas faces do espelho. In: COELHO NETTO, H. *Obra seleta*. v. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958, p. XI-CX.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Americana, 1974.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES JÚNIOR, M. *Da ilha de São Luís aos refolhos de Botafogo: a trajetória literária de Aluisio Azevedo da província à corte*. João Pessoa: UFPB, 2000.

MENDES, L. Não há nada firme no mundo: Adolfo Caminha, o naturalismo e a crise da civilização moderna. In: HELENA, L. *Literatura, intelectuais e a crise da cultura*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007, p. 177-194.

MENDES, L. As qualidades da incorreção: o romance naturalista no Brasil. In: MELLO, C. M. M.; CATHARINA, P. P. G. F. *Crítica e movimentos estéticos: configurações narrativas do campo literário*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006, p.137-165.

MENDES, L. *O retrato do imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção Memória das Letras, 7).

MENEZES, Raimundo. *A vida boêmia de Paula Nei*. São Paulo: Livraria Martins, 1944.

NEVES, M. de S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, J. ;DELGADO, L. de A. N. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-44.

NICOLA, J. de. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1999.

PARDAL MALLETT, J. C. de M. O cortiço. In: AZEVEDO, Aluisio. *Aluisio Azevedo: ficção completa em dois volumes. v. 1*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005, p. 83-89.

PARDAL MALLETT, J. C. de M. *Pelo divórcio*. Rio de Janeiro: Fauchon e Cia.: Livreros Editores, 1894.

PEREIRA, L. A. de M. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: SILVA, Fernando Teixeira da et al. *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Unimep, 2003, p. 53-72.

PEREIRA, L. M. *Prosa de ficção*. História da literatura brasileira de 1870 a 1920. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

PONTES, E. *A vida exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

QUEIRÓZ JÚNIOR, T. de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.

RENAULT, D. *A vida brasileira no final do século XIX*. Uma visão socio-cultural e política de 1890 a 1901. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

RIBEIRO, J. *A carne*. São Paulo: Saraiva, s/d.

RIBEIRO, L. F. S. *Alguns aspectos de Adolfo Caminha (à margem de sua obra e vida)*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy Ltda., 1964.

RODRIGUES, J. P. A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias. In: CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. *A história contada*. Capítulos de história social da literatura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 233-263.

ROMERO, S. Retrospecto literário (1888). In: _____. *História da literatura brasileira*. v. 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 1629-1648.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTANNA, A. R. de. *O canibalismo amoroso*. O desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEIGEL, J. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa 1830-1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STRACCIA, C. *O espetáculo de massas na literatura brasileira*. São Paulo: Selimunte, 1992.

SUSSEKIND, F. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

TINHORÃO, J. R. *A província e o naturalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERISSIMO, J. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

VERISSIMO, J. O naturalismo em literatura. *Estudos brasileiros*. 2. série (1889-1893). Rio de Janeiro: Laemmert & Co., 1894.

ZOLA, E. The experimental novel. In: BECKER, George J. (Ed). *Documents of modern literary realism*. Princeton: Princeton University Press, 1967, p. 162-196.

